

Procuradoria Geral do Município do Rio
de Janeiro



8º Concurso para Ingresso na Classe
Inicial da Carreira de Procurador



PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

CADERNO DE QUESTÕES DIREITO ADMINISTRATIVO

INSTRUÇÕES GERAIS

Neste Caderno de Questões, você encontrará **03 (três) páginas** numeradas sequencialmente, contendo esta folha de rosto e **05 (cinco) questões** de **Direito Administrativo**.

Verifique a paginação e se as questões estão legíveis. Se houver erro ou problemas de impressão, notifique o fiscal.

Este caderno poderá ser levado pelo candidato após o transcurso de 1 (uma) hora de prova.

Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala após transcorrido o tempo de **01 (uma) hora do início da prova**, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e das folhas de rascunho para descarte.

Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala somente poderão sair juntos, após presenciarem o fechamento dos envelopes, rubricando-os.

1
+
D. f
C. f
2

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1 (VALOR: 20 PONTOS)

Interprete o artigo 10 da Lei nº. 14.133/2021, à luz do princípio federativo.

QUESTÃO 2 (VALOR: 20 PONTOS)

O Ministério Público propôs ação objetivando o reassentamento de famílias de determinada região para outra próxima, em razão da situação de risco geológico do local. Na sentença, o juiz julgou procedente o pedido de reassentamento requerido pelo Ministério Público.

Em segunda instância, a sentença foi anulada sob o fundamento de que a regra geral é a da não remoção e que o perito não informou acerca da possibilidade de minimizar os riscos.

A GEORIO apresenta informações afirmando que a construção de muro de contenção, embora mais custosa, resolveria o problema e evitaria o reassentamento.

Nova sentença foi prolatada, sendo, inclusive, concedida a liminar para iniciar as obras de contenção.

Considerando os princípios jurídicos aplicáveis à hipótese, avalie a utilidade de o Município se insurgir contra a sentença.

QUESTÃO 3 (VALOR: 20 PONTOS)

Tácito, titular de cargo exclusivamente em comissão do Município do Rio de Janeiro, veio a ser exonerado com vinte e oito meses de sua posse, sem que tenha usufruído quaisquer férias. A que verba(s) resilitória(s) teria direito? Faria alguma diferença se a exoneração fosse a pedido?

2
D. J. S.
Cris
2

QUESTÃO 4 (VALOR: 20 PONTOS)

Com base em tabela de temporalidade oficial de documentos, Caio, servidor público do Município do Rio de Janeiro, em março de 2014, incinera equivocadamente processo administrativo arquivado apenas um ano antes, quando só poderia fazê-lo, com os da mesma natureza, que tivessem sido arquivados dez anos antes.

Em agosto de 2015, a Administração, que precisava de provas constantes do referido processo administrativo para proceder a uma cobrança de R\$ 20.000,00, de Tício, um particular, toma ciência da destruição, mas leva anos discutindo o que fazer em relação à matéria.

Em junho de 2021, a Administração, diante da comprovação da autoria (Caio) e da materialidade do fato (*destruição de autos de processo do acervo municipal, que impediu a Administração de efetuar cobrança a particular, ainda que praticada sem dolo nem má fé*), consulta a Procuradoria Geral do Município para saber se teria ocorrido a prescrição: (i) da pretensão punitiva do Município; e (ii) da ação de improbidade administrativa para fins de ressarcimento ao Erário.

Tendo você recebido a consulta, emita parecer sobre as questões acima.

QUESTÃO 5 (VALOR: 20 PONTOS)

Uma retroescavadeira de uma empresa de locação de máquinas e equipamentos foi apreendida por estar sendo empregada, por um locatário, em atividade lesiva ao meio ambiente.

Ao final do procedimento administrativo, o auto de infração foi confirmado, bem como decretado o perdimento do bem em favor do Município.

A empresa proprietária da máquina recorre, pedindo que, independentemente da confirmação do auto de infração, a retroescavadeira lhe seja restituída, uma vez que desenvolve lícitamente atividade de locação de máquinas e equipamentos, sempre com expedição de nota fiscal do serviço e recolhimento do tributo devido.

Pergunta-se: o recurso da empresa deve ser acolhido?